

**Pró-Reitoria de Graduação
Curso de Letras
Trabalho de Conclusão de Curso**

**O USO DO PRONOME SE COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO
DO SUJEITO EM SENTENÇAS TRANSITIVAS DIRETAS NO
PORTUGUÊS DO BRASIL**

Autora: Kamila de Araujo Abrantes

Orientadora: Profa. MSc. Déborah Christina de Mendonça Oliveira

**Brasília - DF
2014**

KAMILA DE ARAUJO ABRANTES

**O USO DO PRONOME SE COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO
EM SENTENÇAS TRANSITIVAS DIRETAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Letras da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Letras Português e suas respectivas Literaturas.

Orientadora: Profa. MSc. Déborah Christina de Mendonça Oliveira

BRASÍLIA – DF
2014



Monografia de autoria de Kamila de Araujo Abrantes, intitulada O USO DO PRONOME SE COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM SENTENÇAS TRANSITIVAS DIRETAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL, apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras da Universidade Católica de Brasília em 13 de junho de 2014, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Profa. MSc. Déborah Christina de Mendonça Oliveira - UCB
Orientadora

Profa. Dra. Christine Maria Soares de Carvalho - UCB
Examinadora

Profa. MSc. Vânia de Aquino Silva - UCB
Examinadora

BRASÍLIA - DF
2014

É com profunda alegria que dedico esta monografia a minha pequena e grande família, meus pais Dinalva e Francisco, principais responsáveis e incentivadores de todas as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela consolidação deste momento, pois Ele é minha força em todas as ocasiões.

Agradeço a minha família, pelo apoio, acolhida e pelo incentivo de sempre. Sem vocês nenhuma conquista poderia ser concretizada.

Agradeço aos meus amigos: Milton Júnior, Maria de Lourdes, Lunna Lorena e Kamilla Nathiere pelo companheirismo na caminhada árdua e gratificante de nossa graduação. Vocês foram mais do que simples colegas de Universidade.

E por fim, agradeço a professora e orientadora Déborah pela dedicação e comprometimento para que este trabalho fosse possível.

A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer "escrever claro" não é certo, mas é claro, certo.

(Luís Fernando Veríssimo)

RESUMO

ABRANTES, Kamila de Araujo. **O uso do pronome SE como índice de indeterminação do sujeito em sentenças transitivas diretas no português do Brasil**. Monografia (Licenciatura em Letras). 55 folhas. Letras Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2014.

Este trabalho apresenta um estudo sobre o uso do pronome SE como índice de indeterminação do sujeito em sentenças transitivas diretas no português do Brasil, tendo como pressupostos teóricos a gramática gerativa. Estudaremos, em particular, a concordância não padrão que o falante realiza nesse tipo de construção, além da mudança na percepção do sujeito da oração, contrariando, desta forma, a gramática tradicional. A escolha desse fenômeno para uma investigação mais profunda justifica-se por sua alta frequência de utilização em nossa língua, principalmente em anúncios. A presente pesquisa, de natureza bibliográfica, mostrará a visão tradicional das gramáticas de Cunha (1976), Lima (2000) e Bechara (2003) e teorias linguístas sobre o tema em questão presentes nos estudos anteriores de Nunes (1991), Bagno (2000), Scherre (2005) e Brito (2007). O estudo partirá da perspectiva tradicional da gramática para que posteriormente possam ser analisadas as mudanças observadas em relação ao uso do pronome SE como partícula apassivadora ou como índice de indeterminação do sujeito. Por fim, apresentaremos a análise de registros de anúncios em que o falante utiliza o pronome SE, buscando em particular, a utilização deste pronome em sentenças transitivas diretas, que constitui o foco deste trabalho.

Palavras-chave: Concordância verbal. Indeterminação. Pronome SE. Passiva Sintética. Transitividade.

ABSTRACT

ABRANTES, Kamila de Araujo. **The use of the pronoun SE as an index of indeterminacy of the subject in direct transitive sentences in Portuguese of Brazil.** Monografia (Licenciatura em Letras). 55 folhas. Letras Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2014.

This paper presents a study about the use of the pronoun SE as an index of indeterminacy of the subject in direct transitive sentences in Brazilian Portuguese, having the generative grammar as theoretical assumptions. We will study in particular the non-standard concordance that the speaker performs in this type of construction, besides the change in the perception of the sentence's subject, contradicting thus the traditional grammar. The choice of this phenomenon for a deeper research is justified by its high frequency of use in our language, especially in advertisements. This research, with a bibliographic nature, will show the traditional view of grammar of Cunha (1976), Lima (2000) and Bechara (2003) and linguistic theories about the subject in question presents in previous studies by Nunes (1991), Bagno (2000), Scherre (2005) and Brito (2007). The study will depart from the traditional view of grammar that can later be analyzed the observed changes regarding the use of the pronoun SE as “apassivador” particle or as an index of indeterminacy of the subject. Finally, we will present the analysis of records of advertisements which the speaker uses the pronoun SE, seeking in particular, the use of this pronoun in direct transitive sentences, which is the focus of this paper.

Keywords: Verbal concordance. Indeterminacy. SE Pronoun. Synthetical Passive. Transitivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – O TRATAMENTO DA GRAMÁTICA TRADICIONAL PARA O PRONOME SE.....	12
1.1- A VISÃO TRADICIONAL DO PRONOME SE.....	12
1.1.1- Celso Cunha (1976).....	12
1.1.2- Rocha Lima (2000).....	13
1.1.3- Evanildo Bechara (2003).....	14
1.2- CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS.....	15
CAPÍTULO 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E O PRONOME SE NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA.....	19
2.1 TEORIA GERATIVA.....	19
2.1.1- Teoria de Princípios e Parâmetros.....	20
2.2 - O PRONOME SE NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA.....	23
2.2.1- Transitividade Verbal.....	23
2.2.2.- Apassivação.....	24
2.2.3- A Questão da Concordância.....	26
2.2.4- A Passiva Sintética.....	29
2.2.5- Por uma Reanálise do SE Passivo.....	30
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS.....	33
3.1- METODOLOGIA.....	33
3.2- ANÁLISE.....	33
3.2.1- Verbo Singular + SE + SN Singular.....	34
3.2.2- Verbo Singular + SE + SN Plural.....	36
3.2.3- Verbo Singular + SE + Prep. + SN Singular/ Plural.....	38
3.2.4- Outros Casos.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

ANEXOS.....	45
--------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surgiu a partir de minhas observações quanto ao uso do pronome SE em sentenças transitivas diretas. A maneira como a gramática e, conseqüentemente, os professores de língua portuguesa explicavam o funcionamento deste pronome pareciam não condizer com a minha percepção linguística enquanto falante. Dito de outra forma, enquanto a gramática tradicional afirmava que o SE em sentenças transitivas diretas é “partícula passivadora”, fazendo com que o sintagma nominal que se liga ao verbo por meio dela seja sujeito (como em “vende-se bombom”), eu sempre o percebia como mais um caso de indeterminação do sujeito.

Nesse sentido, também observei professores e gramáticos condenando a falta de concordância verbal em frases como “vende-se duas fazendas” e “conserta-se roupas”. A ausência de concordância, nesses casos, não estaria relacionada a essa percepção do SE como um elemento que estaria indeterminando o sujeito, ou seja, que estaria chamando a atenção do interlocutor para um determinado evento, sem, contudo, se desejar revelar o autor deste evento? Diante dessa discrepância entre norma e descrição, passei a me interessar por este fato gramatical, a tal ponto de constituí-lo como tema de meu TCC.

Para se chegar a esta compreensão, este trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos a visão de três gramáticos tradicionais, a saber: Celso Cunha (1976), Rocha Lima (2000) e Evanildo Bechara (2003) para que pudéssemos entender como esse pronome vem sendo tratado, contemporaneamente e em diferentes momentos.

No segundo capítulo, fizemos, primeiramente, um percurso pelos principais fundamentos do Gerativismo, para que pudéssemos compreender a língua além do que é apresentada pela gramática tradicional. Em um segundo momento, trouxemos a visão da Linguística acerca do fenômeno da passivação do sujeito, e, conseqüentemente, da questão da concordância verbal em torno deste fato gramatical.

No terceiro capítulo, fizemos a descrição e análise do corpus constituído de anúncios publicitários dos quais constam registros da palavra SE em sentenças transitivas diretas. Nosso objetivo foi compreender como o falante compreende e usa a construção denominada passiva sintética, ou seja, se este observa nessas construções um sujeito explícito ou indeterminado e como ocorre a concordância verbal, além da verificação de outras estratégias de indeterminação ou determinação.

CAPÍTULO 1 – O TRATAMENTO DA GRAMÁTICA TRADICIONAL PARA O PRONOME SE

Será abordada neste capítulo, a partir do olhar de diferentes gramáticos, a visão tradicional para o pronome SE. É fundamental entender como esse pronome vem sendo tratado classicamente, para que possam ser entendidas, posteriormente, as considerações que existem a respeito desta perspectiva tradicional, assunto final deste capítulo.

1.1 A VISÃO TRADICIONAL DO PRONOME SE

Para que possa haver um relevante estudo posterior sobre a proposta de uma reanálise na apassivação do pronome SE, é preciso analisar o que vem sendo encontrado nas gramáticas tradicionais em diferentes momentos a respeito desse assunto. A primeira gramática a ser analisada nesta perspectiva será a de Celso Cunha, escrita no final do século XX. Ela trará uma análise baseada em somente duas possibilidades, a certa ou a errada. Posteriormente, será apresentada a visão de Rocha Lima, ainda sem nenhuma abertura para uma possível investigação desse fenômeno, e por fim, será colocada em questão a teoria encontrada na gramática de Evanildo Bechara, desenvolvida em 2003. Iremos notar que esta já trará alguns traços de aceitação a essa indeterminação cada vez mais coloquial no português brasileiro.

1.1.1 Celso Cunha (1976)

Para Celso Cunha (1976, p. 303), há os seguintes valores e empregos para o pronome SE: objeto direto; objeto indireto; sujeito de um infinitivo; pronome apassivador; símbolo de indeterminação do sujeito (mas somente na terceira pessoa do singular de verbos intransitivos, ou de transitivos tomados intransitivamente) e palavra expletiva (para dar ênfase na atitude/movimento do sujeito em verbos intransitivos).

Como está em seu prefácio, a gramática de Cunha foi feita para atender desde o Ensino Médio ao Ensino Superior em Letras, apresentando a linguagem dita coloquial brasileira e a linguagem literária para os alunos. O gramático separa, em uma de suas observações reservadas para explicar as classificações do pronome SE, o uso que ele trata como a utilização descuidada por parte do falante, que são as construções de sentenças que o

SE aparece indeterminando o sujeito, quando na verdade, segundo o autor, o sujeito está explícito na oração e necessita concordar com o verbo:

2.^a) Em frases do tipo:

Vendem-se casas.
Compram-se terrenos,

Consideram-se **casas e terrenos** os sujeitos dos verbos **vendem e compram**, razão por que na linguagem cuidada se evita deixar o verbo no singular. (CUNHA, 1976, p. 305)

Percebe-se que, para Cunha, o que poderia ser encarado como um novo fenômeno linguístico a ser estudado com hipóteses mais fundamentadas, já que se tornou parte do cotidiano dos brasileiros, é tratado somente como uma das falhas por parte do falante que pode acontecer se este não se atentar e considerar *casas* e *terrenos* os sujeitos dos verbos *vendem* e *compram*, classificando a colocação do verbo no singular e no plural, respectivamente, como linguagem descuidada e cuidada.

1.1.2 Rocha Lima (2000)

A Gramática Normativa da Língua Portuguesa, já em seu prefácio, demonstra a visão tradicional adotada por seu autor para tratar dos assuntos ali apresentados. Nas palavras de Serafim da Silva Neto, temos em Rocha Lima um estudioso que “estava em condições privilegiadas para dotar a língua portuguesa com uma gramática que, sem erro ou fastio, lhe desse as normas cultas do bem escrever e do bem falar”. (ROCHA LIMA, 2000)

Rocha Lima (2000) traz, no capítulo reservado para concordância verbal, um tópico reservado para explicar a utilização da partícula SE na voz passiva. O autor pede um cuidado especial em construções como: “regulam-se relógios” e “venderam-se todos os bilhetes”, pois geralmente os substantivos nesses casos são inanimados¹, mas mesmo desta forma são os sujeitos da sentença. Com essa observação, o autor demonstra que o leitor deve ter mais atenção para não achar que, pelo fato de o enunciado fazer referência a um ser inanimado, este não possa figurar como sujeito, implicando, pois, na ausência da concordância verbal.

As duas únicas observações apresentadas pelo gramático sobre esse assunto são que, primeiramente, de acordo com as normas gramaticais da língua portuguesa, há a preferência

¹ Inerte, sem vida, que não tem vontade própria.

que o sujeito, nesse tipo de construção, venha posterior ao verbo e casos que aconteçam de vir antes são poucos. A segunda consideração é que quando há preposição anterior ao nome, o verbo ficará no singular, por exemplo, “precisa-se de cabeleireira”. Percebe-se então que não há nada neste manual que implique a utilização do SE como indeterminador em transitivas diretas, nem ao menos algo que cite a existência desse uso como uma utilização errônea.

1.1.3 Evanildo Bechara (2003)

Para Evanildo Bechara (2003), o pronome SE possui essas classificações sintáticas: objeto direto; objeto indireto; complemento relativo e índice de indeterminação do sujeito. O tratamento desse gramático em relação à última classificação nos mostra que na *Moderna Gramática Portuguesa* já há indícios de aceitação do uso do pronome SE como índice de indeterminação do sujeito em sentenças transitivas diretas. Bechara (2003) trata esse fenômeno como uma extensão do papel do pronome SE e não como uma sentença que ocorre por descuido por parte do falante, como foi observado em Cunha (1976), mas também deixa claro que são frases com construções ainda não aceitas tradicionalmente.

O falante, segundo a perspectiva adotada por Bechara, com essa nova utilização pronominal, passou a não usar mais a concordância verbo/sujeito. Vejamos o porquê disso a partir dos dois exemplos abaixo:

- (1) Alugam-se **apartamentos**.
- (2) Aluga-se **apartamentos**.

Em (1), o sujeito da frase é *apartamentos* e em (2), o singular do verbo *aluga* torna o sujeito da frase indeterminado: alguém, não se sabe quem, aluga apartamentos. Segundo a Gramática Tradicional, tanto na sentença (1) como em (2) o sujeito é *apartamentos*, por isso a concordância padrão está expressa em (1), plural. No entanto, o falante, na maioria dos casos, tem a concepção de que deixando o verbo no singular, como em (2), ele estará indeterminando esse sujeito e provocando o objetivo de sentido desejado na maior parte de anúncios desse tipo, a imprecisão do sujeito.

Bechara também deixa clara a existência de uma diversidade de exemplos de sentenças construídas como o exemplo (2) no português brasileiro:

Vende-se casas e fritam-se ovos são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer *vendem-se, fritam-se*. Mas ambas as sintaxes estão corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. (BECHARA, 2003, p. 78)

Entretanto, não esconde que construções como *vende-se casas* e *frita-se ovos* são vistas ainda, apesar de sua grande utilização no português do Brasil, como orações que fogem do padrão gramatical e conseqüentemente desviam-se da genuína linguagem literária. Esta forma “errônea”, como ainda são consideradas todas as sentenças que fogem dos modelos gramaticais, dá-se, como já foi colocado, pela ausência da concordância de verbo/sujeito, mas Bechara coloca em questão uma possível explicação para essa falta do plural. Ele destaca que as sentenças em que há a concordância possuem sentidos diferentes das que não possuem a concordância. Dessa forma, a última não se configura como erro da primeira, já que representam ideias distintas.

1.2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

Com a análise das gramáticas tradicionais, foi percebido que o tempo pode ser um fator para aceitação, ainda parcial, de uma possível indeterminação, pois fica nítido que o olhar dos gramáticos diante deste fenômeno veio sofrendo algumas modificações. Gramáticos, como Cunha (1976) e Rocha Lima (2000) prezam pela não inovação, adotando um estilo conservador; outros, como Bechara (2003), aderem e não “camuflam” em suas explicações o surgimento de um SE indeterminador, que vem tornando-se cada vez mais freqüente.

A “Gramática da Língua Portuguesa” de Cunha (1976) admite o uso do pronome SE, por parte do falante, em contextos de indeterminação de transitivas diretas, mas junto a essa “aceitação” provém a análise crítica por parte do gramático, descrevendo que essa forma é de incorreta utilização, sem mais nenhum tipo de informação que tente descrever este fenômeno. Já na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* de Rocha Lima (2000), há a inexistência de classificações ou empregos do SE que fujam de um padrão secular. Na *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara (2003), já existe algo a respeito, apesar de ser colocado em forma de pequena observação, e nela ainda relatar que o uso de tais formas é considerado como emprego ainda antiliterário, apesar do grande uso por parte dos brasileiros.

O que é perceptível a respeito dos estudos presentes nas gramáticas tradicionais é que ainda não existe uma pesquisa/investigação que objetive ir a fundo à expansão gramatical do pronome SE, ou seja, que trate a extensão de seu uso como uma possível nova classificação

dentre as demais que já vem sendo abordadas, pesquisas essas que deixem de apontar como descuido ou informalidade por parte do falante essa ampliação em seu uso. Torna-se extremamente necessária a investigação e discussão de temas gramaticais relativamente novos, que foquem na ampla utilização por parte dos falantes do português, além das temáticas que já vem sendo expostas por um modelo secular.

A proposta de uma reanálise na apassivação que a gramática tradicional diz existir, mas que não é percebida pelos brasileiros, é um tema pertinente, que vem sendo questionado por linguistas há algum tempo, pela existência de alguns pontos em que as normas gramaticais entram em contradição com o uso real da língua, mas o que ainda existe é uma enorme preocupação em manter uma concordância vista em (3), que não é mais percebida no cotidiano do Brasil, e sentenças como (4), são consideradas ainda incoerentes:

(3) Costuram-se roupas.

(4) Costura-se roupas.

Quando a gramática relata que em sentenças como (5), o sujeito da oração é *móveis*, o falante necessariamente conseguiria fazer a transposição da voz passiva sintética existente para (6) que é a voz passiva analítica, mas o que é percebido é que há uma enorme dificuldade por parte dos brasileiros em aceitarem que esses dois tipos de construções são equivalentes:

(5) Vendem-se móveis.

(6) Móveis são vendidos.

De acordo com Galves Charlotte (2001), umas das explicações para a distinção existente entre as gramáticas brasileiras e a variação que acontece no efetivo uso da língua, é que a sintaxe brasileira é muito distinta da sintaxe portuguesa, mas as normas que ainda estão instauradas em gramáticas, manuais, livros, enfim, na biblioteca brasileira, estão baseadas no português europeu. Há uma equivocada ideia de que essas duas línguas, que são diferentes podem ser normatizadas por regras e princípios idênticos.

Charllote defende esta visão desta forma:

Desse ponto de vista, portanto, pode-se considerar que certos enunciados, apesar de fazerem parte da *competência linguística* de uma parte dos falantes do português brasileiro e serem considerados por estes aceitáveis, não são produzidos pela *gramática* do português brasileiro, mas são resquícios de estágios anteriores da língua. (CHARLOTTE, 2001, p. 13)

A autora evidencia desta maneira que a língua modifica-se ao longo do tempo e que são os falantes os principais agentes que produzem essas transformações. Algumas construções produzidas pelo português europeu que ainda se fazem presentes mediante alguns brasileiros são “heranças” que não são observadas em todos os falantes, evidenciando assim o afastamento e a distinção entre essas duas línguas, que em algum momento da história apresentaram diversas semelhanças.

Sabe-se que a língua só pode existir por conta do seu uso pelos falantes, mas se esses são os principais “mantenedores” da língua, por que é percebida tanta dificuldade em estudar e normatizar os fenômenos da língua que se fazem frequentes pela utilização popular? Indagações como essas surgem, quando um brasileiro, por exemplo, necessita estudar uma gramática que normatiza sua língua e ao folheá-la, percebe que ali são encontradas inúmeras normas que deixaram de se fazer presentes em sua língua e que o seu real uso é tratado, na maioria dos casos, como o desvio do padrão.

Os falantes brasileiros vêm adotando uma postura inovadora, buscando suprir dessa forma as imprecisões que a língua normatizada traz com uma adequação que leva ao verdadeiro uso da língua, causando o efetivo sentido que buscam. Como foi colocado por Charlotte (2001), conseqüentemente, essa inovação irá levar ao distanciamento do português europeu, trazendo a identidade única que o português brasileiro possui.

A expansão pronominal do SE é um interessante exemplo desse ajustamento realizado pelos falantes quando percebem que os preceitos gramaticais não dão conta de todos os fenômenos linguísticos. Os brasileiros buscam uma precisão na noção de sujeito, pois o que percebem como executor da ação não está de acordo com o que as regras que regem a língua dizem ser; afinal, dizer que em (7) o sujeito é *roupas*, apesar do plural, vai contra toda a interpretação que o leitor constrói ao ler a frase. Para o falante, é mais aceitável, além de produzir o sentido esperado, dizer que alguém, não se sabe quem (sujeito indeterminado), conserta roupas (8).

(7) Consertam-se roupas.

(8) Conserta-se roupas.

Pode surgir a indagação de que o provocador desses dois distintos sentidos está somente no singular ou plural do verbo, mas o que também pode acontecer é que mesmo com o plural, o sentido estabelecido para quem lê é de indeterminação, exemplificando a ideia de

que o SE, em construções desse tipo, classificado como apassivador, é uma concepção equivocada e imperceptível para a maioria dos leitores.

Após essas considerações, fica evidenciado que os estudos linguísticos acerca de um dado fato gramatical devem levar em consideração o uso da língua por parte do falante. Por ser uma capacidade inata do homem, a linguagem e também a língua funcionam a despeito de qualquer normatização gramatical, ou seja, não é a gramática prescritiva que determinará a maneira como os falantes de uma língua a utilizarão de forma efetiva em seu dia a dia, tampouco é ela capaz de descrever os processos que explicam a capacidade de utilização da língua e da aquisição da linguagem. Nesse sentido, é necessário que investiguemos o uso da língua, no que diz respeito, especificamente, ao uso do SE como um caso de indeterminação do sujeito, em sentenças transitivas diretas, com base nos conceitos próprios do Gerativismo, para que possamos compreender os processos mentais envolvidos na maneira como a língua é adquirida e colocada em uso pelos seus falantes.

CAPÍTULO 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E O PRONOME SE NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA

Os autores das gramáticas normativas prescrevem a língua baseando-se em escritos literários e obviamente não são nelas que os brasileiros encontrarão o efetivo uso da língua e muitos menos as transformações que essa real utilização traz nas teorias existentes. Ao contrário, quando o uso contemporâneo do falante está presente em gramáticas desse cunho, na maioria dos casos, o objetivo do autor é mostrar o modo “errado” de se falar ou escrever, fazendo contraponto com a maneira “correta”, adotando uma visão anacrônica².

Este capítulo tem como objetivo trazer primeiramente fundamentos teóricos do Gerativismo, pois assim como o tema desta pesquisa, o foco de ambos está na compreensão da língua dentro de um horizonte de possibilidades cabíveis na mente humana e não na normatização que a Gramática Tradicional busca. Em um segundo momento, o capítulo trará a visão de linguistas que encontraram uma imperceptível apassivação do sujeito nas ditas “passivas sintéticas”, como a maioria dos brasileiros e perceberam a importância da investigação e teorização dessa “nova” classificação de indeterminação do pronome SE, muito frequente no português do Brasil.

2.1 TEORIA GERATIVA

Antes de serem apresentados os principais aspectos do Gerativismo, é importante conhecer as bases de surgimento dessa teoria. Em todas as ciências, é necessário que uma área ocupe-se de observar e estudar fenômenos importantes que até então não foram submetidos à pesquisas fundamentadas, desta forma, tais fenômenos passam a ser tratados como eventos ocasionados por fatores determinados e não involuntários, como até então eram vistos. Estes eventos não estão normatizados e necessitam ser investigados, seja para aprimorar certos estudos ou para criar novas perspectivas de investigação. A linha científica da linguagem que surgiu em meados do século XX, com o linguista Noam Chomsky, com o propósito de compreender e debater a estrutura da linguagem humana, voltando-se ao falante e sua mente (perspectiva que até então não era abordada) chama-se Gerativismo.

A preocupação gerativista é essencialmente demonstrar que o falante possui uma capacidade inata de aquisição e desenvolvimento de qualquer língua e que com alguns anos

² Retrógrado. Que não se adequa aos usos ou aos hábitos característicos de uma determinada época.

de idade este construirá sentenças bem estruturadas em sua língua natural. Com essa característica percebe-se que o intuito desta teoria é atestar que o ser humano já possui uma gramática universal internalizada, que seria comum a qualquer um, independente do local de nascimento pronta para se expandir.

As pessoas possuem um grande conhecimento sobre sua língua, capazes desde pequenas de entenderem o que é gramatical, ou seja, o que está de acordo com as regras de funcionamento dessa língua. Nada, linguisticamente falando, acontece ao acaso ou por simples vontade de quem fala, seja desde quando uma criança está aprendendo a falar até um adulto que constrói sentenças que não são aceitáveis³ por uma tradição, mas que possuem uma construção perfeitamente adequada para o entendimento.

Neto (2009, p. 97) ressalta de forma direta a verdadeira pretensão da Gramática Gerativa (GG): “No fundo, o que a GG pretende é a construção de um mecanismo computacional capaz de formar e transformar representações, que “simule” o conhecimento linguístico de um falante de uma língua natural, “registrado” em sua mente/cérebro”. Ou seja, o objetivo do Gerativismo é ser uma ciência que estude a fundo a linguagem humana, mostrando que não há nenhuma manifestação linguística involutária, assim como o cérebro “comanda” cada parte do corpo humano, existe uma parte dele responsável pela aquisição e desenvolvimento da língua natural e esta, como já foi dito, é inata ao ser humano.

2.1.1 Teoria de Princípios e Parâmetros

É perfeitamente perceptível que o ser humano possui uma capacidade incrível de aptidão com todas as informações da língua, apesar de toda a sua complexidade. Mas de onde será que provém essa habilidade? Por ser tão complexa, a língua não pode ser tratada como algo que a sociedade condiciona por pressupostos. Segundo a teoria gerativista o que o homem possui é uma faculdade mental natural, que o diferencia dos demais seres.

Mas se essa faculdade da linguagem é comum a todos os seres humanos e é um aparato genético, como é possível que existam diferenças entre as línguas? Para isso, Chomsky postula a teoria de princípios e parâmetros que explica esse questionamento. Mioto, Silva e Lopes assim descrevem e demonstram a sua importância:

³ Aceitável neste contexto são sentenças construídas em respeito a uma tradição secular gramatical.

A faculdade da linguagem é composta por princípios que são leis gerais válidas por todas as línguas naturais; e por parâmetros que são propriedades que uma língua pode ou não exibir e que são responsáveis pela diferença entre as línguas. Uma sentença que viola um princípio não é tolerada em nenhuma língua natural provavelmente porque tem a ver com a forma como o cérebro/a mente da espécie funciona; uma sentença que não atende a uma propriedade paramétrica pode ser gramatical em uma língua e agramatical em outra. (MIOTO; SILVA; LOPES, 2007, p. 24)

Esta teoria elucidada a estrutura de uma língua natural, que se faz semelhante a todas as outras, como também demonstra as peculiaridades que podem existir em cada língua, causando assim, as diferenças entre elas. Fica claro, dessa forma, que qualquer falante, ao deparar-se com uma sentença agramatical⁴, em sua língua, saberá reconhecê-la, como também é perfeitamente nítido que as estruturas sentenciais das diferentes línguas existentes se fazem únicas e compreensíveis em seu território nacional e muitas vezes incompreensíveis fora dele.

O que o Gerativismo de Chomsky e de todos os estudiosos que se baseiam nesse modelo de estudo busca é elucidar como sentenças que são tão complexas em várias línguas naturais provêm do conhecimento intuitivo do falante e como este consegue manter em seu cérebro toda a formação necessária para estruturar essas construções, tanto para a transmissão quanto para o recebimento de sentido.

Lyons (1970) especifica ainda que o número de sentenças em uma língua é infinito, bem como a extensão das sentenças, já a quantidade de palavras é finita. É evidente que há diferenciação entre as palavras utilizadas por cada falante para expressar-se em uma mesma língua, mas também se pode notar que cada pessoa apesar de não apropriar-se de certos vocábulos para comunicar-se, compreende-os quando são ditos por outros. Chama-se o que é de uso do falante de vocabulário “ativo” e o que é compreendido por este quando é dito pelos demais de vocabulário “passivo”.

As sentenças são geradas a partir de um conhecimento prévio do falante. Este conhece o que será compreensível tanto em relação à ordem das palavras, quanto de sentido, como exemplificado a seguir:

(9) Aquela mulher comprou uma calça.

⁴ Quando se fala que o falante deparou-se com uma sentença “agramatical” em sua língua, é porque este, baseando-se em seu conhecimento interno da língua percebeu que a sentença é impossível para qualquer falante de seu idioma, uma vez que as regras de boa formação foram desrespeitadas, como no exemplo: “*Comida gostosa está a”.

No exemplo (9), o falante faz escolhas para a formação da sentença da esquerda para direita, porque cada palavra vai necessitando da que virá posteriormente para completar o sentido total. Essa seleção provém de um conhecimento gramatical da ordem que as palavras precisam aparecer para gerar construções que se enquadram no que está nas gramáticas mais simples. Chomsky nomeou esse modelo mais restrito como “gramática de estado finito”. Ele diagnosticou também que este não seria o melhor modelo para explicar a linguagem natural pelo seguinte motivo:

A demonstração de que a gramática de estado finito é inadequada pode ser encontrada em *Syntactic Structures* de Chomsky (p. 21-24) apóia-se no fato de que podem existir dependências ligando palavras não adjacentes e que essas palavras interdependentes podem achar-se separadas por uma frase ou uma cláusula em que se contenha outro par de palavras interdependentes e não adjacente. (LYONS, 1970, p. 53)

A gramática de estado finito tornar-se insatisfatória para explicar como se dá a construção de todas as sentenças da língua; afinal, nem todas essas sentenças são construídas por uma ligação simples e direta de palavras consecutivas, como exemplificado abaixo:

(10) Quem quer que coma isto engordará.

No exemplo acima, a primeira palavra *quem* mantém dependência com a última palavra *engordará* e como já foi dito anteriormente, essa subordinação não necessariamente deverá vir de palavras subsequentes para que o sentido seja mantido, pois a construção de sentenças por parte do falante se torna bem mais complexa do que a chamada gramática simples. A estruturação de sentenças por parte do indivíduo vai além da delimitação de certas explicações. Desta forma, fica mais nítido o poder que a mente humana tem de realizar associações linguísticas.

Estudos com base gerativista têm como objetivo demonstrar esse sistema de conhecimentos do falante, capaz de ir além das descrições da língua e investigar de onde provém na mente do ser humano essa aptidão incrível de falar/compreender sua língua, além de explorar essa intuição que cada pessoa tem para formação de construções elaboradas que vão além de qualquer tentativa de normatização.

Segundo a Teoria Gerativa, cada sujeito falante possui uma competência, que constitui um conhecimento interno de sua língua, ou seja, uma gramática interiorizada que o faz dominar seu idioma, mas também sabe-se que no seu uso efetivo, as pessoas não utilizam

dos mesmos aspectos da língua. Há diferenças linguísticas em cada indivíduo, pois a comunicação é particular. Essa individualidade é chamada de performance/desempenho.

Essa particularidade que existe no real uso da língua em cada falante provém da interferência de alguns fatores, podendo ser de caráter social ou psicológico e nada tem a ver com o conhecimento gramatical que cada um é exposto durante a vida e muito menos a algum “erro” em seu processo de aquisição da língua, já que erroneamente na maioria dos casos quando há variação, o principal motivo colocado em questão é a cognição dos indivíduos em questão.

A tentativa de encontrar motivos para as diferenças das competências linguísticas de cada falante, que vão da instrução de cada um até a memorização “adequada” do cérebro, torna-se incapaz de abranger toda a rica diferenciação dos falantes adultos e de seus conhecimentos reais adquiridos. O que cabe dizer então é que a mente humana possui um plano específico capaz de reger a admissão de certas estruturas e proibir a entrada de outras.

2.2 O PRONOME SE NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA

Tomando como base a teoria Gerativa, tudo linguisticamente falando, tem um porquê para acontecer, nada é obra do acaso, reforçando a ideia de que tratar tudo que está fora da gramática como uso incorreto não é de forma alguma a melhor maneira de investigação dos fenômenos que hoje são recentes, mas que farão parte posteriormente de uma determinada língua. Nas próximas seções serão apresentados aspectos na estrutura das sentenças transitivas diretas que levaram linguistas a acreditarem, assim como a maioria dos falantes, na incoerente classificação de apassivação do pronome SE.

2.2.1 Transitividade Verbal

Na gramática tradicional a diferenciação entre o SE que funciona como índice de indeterminação do sujeito e o SE que funciona como índice de apassivação está na transitividade do verbo que o acompanha. Em sentenças com verbos intransitivos, *mora-se bem neste apartamento* ou transitivos indiretos, *precisa-se de cabeleireira*, o SE é classificado como índice de indeterminação do sujeito, já em sentenças com verbos transitivos diretos, *jogam-se búzios*, o pronome torna-se índice de apassivação.

Todavia, ainda hoje, grande parte das gramáticas brasileiras mantém uma concepção de transitividade que não é suficiente para descrever o funcionamento real desse fato

gramatical. Mário Perini (1999) afirma que, tradicionalmente, os verbos se distinguem em cinco tipos, de acordo com sua transitividade: verbos transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos diretos e indiretos, intransitivos e de ligação. O mesmo autor exemplifica no trecho a seguir como tais classificações podem levar a alguns vácuos:

A noção tradicional de verbo “transitivo” em oposição a “intransitivo” se define assim: um verbo é “transitivo” quando exige a presença de um objeto direto em sua oração; e é “intransitivo” quando recusa a presença de objeto direto. A definição é suficientemente clara, e dela decorre que sempre que houver em uma oração um verbo transitivo, essa oração deve ter objeto direto; e sempre que houver um verbo intransitivo, a oração não pode ter objeto direto. Note-se que o sistema não prevê lugar para verbos que possam ter OD ou não, à vontade; logo, é de se presumir que tais verbos não existam. (PERINI, 1999, p. 161-162)

Para mostrar que essa definição não é respeitada, na prática, Perini utiliza orações com o verbo *comer*, que pode aparecer ora com OD (objeto direto), como em “meu gato já comeu todo o mingau”, ora sem OD, como em “meu gato já comeu”. Segundo o linguista, “exemplos como esses colocam em xeque o sistema tradicional. A se seguir a definição dada, não haveria lugar para o verbo *comer*, que pode ocorrer com OD ou sem ele” (1999, p. 162). Salienta ainda que alguns autores procuram fugir ao problema sugerindo que a transitividade não seria propriedade dos verbos, mas dos próprios contextos, ou dos verbos em determinados contextos, o que provoca um esvaziamento da noção de transitividade, que se torna supérflua.

Tendo levantado esta problemática em relação às contradições envolvendo a noção de transitividade verbal, queremos lançar uma reflexão acerca da limitação da gramática em descrever com precisão os sentidos e o funcionamento linguístico da transitividade verbal. Essa limitação gera incoerências semânticas, tal qual acontece com relação ao pronome SE como partícula apassivadora, em sentenças transitivas diretas, quando a intuição linguística do sujeito a entende como uma espécie de índice indeterminador do sujeito.

2.2.2 Apassivação

A resistência da gramática tradicional brasileira pela apassivação do SE em sentenças transitivas diretas é uma herança das normas gramaticais europeias e a concordância utilizada nesses casos é um monitoramento que o brasileiro faz para uma adequação à norma culta da língua e não porque este encontra no modelo gramatical a melhor forma de se expressar. Os gramáticos tradicionais do português em sua análise pela passividade de sentenças desse tipo

acabam separando os aspectos sintáticos dos semânticos, provocando uma concordância ilógica para os falantes.

Jairo Nunes (1991), em seu artigo, demonstra em duas sentenças a incoerência existente nesse caso de apassivação:

Mesmo o mais ferrenho gramático brasileiro há de considerar a sentença (5) (com o sentido de (6)) inaceitável no português do Brasil:

(5) Comeram-se os bolos.

(6) Os bolos comeram-se.

Entretanto, ambas as sentenças são gramaticais e aceitáveis (no sentido relevante) em português europeu (cf. ELISEU (1984, p.86)). O que isso revela é que o nosso gramático está tão ocupado em manter uma concordância que não faz parte do nosso dialeto, que não percebe os demais aspectos relacionados a essas construções. (NUNES, 1991, p. 36)

Nunes (1991) no trecho apresentado exemplifica com essas duas sentenças a inconsistência gramatical da ideia de sujeito em construções desse tipo, afinal, se a norma culta defende que em (5) o sujeito é *bolos*, (6) deveria ser a forma analítica e semanticamente equivalente a (5), mas na realidade o que é percebido é que em (5) a construção é considerada correta e aceitável em nosso idioma, mas (6) não. Afinal, se *bolos* é o sujeito da sentença, a transposição de elementos seria totalmente possível sem perda de sentido, mas isso é admissível somente no português europeu; por conseguinte, nenhuma das sentenças deveriam estar corretas em nosso idioma. Semelhantemente, Galves (2001), ao abordar esse fenômeno, expôs a necessidade de consciência da identidade brasileira, no que diz respeito a nossa língua, permitindo desta forma o distanciamento do português europeu do brasileiro, como já foi apontado no capítulo 1 deste trabalho.

Certamente, se na concepção dos falantes, *bolos*, na primeira sentença, fosse realmente o sujeito, a anteposição deste termo na segunda sentença dada como exemplo por Jairo Nunes seria admissível e compreensível. O que verdadeiramente é observado é que esse tipo de interpretação dada como correta pela gramática tradicional confunde toda a sintaxe e semântica que o brasileiro é acostumado a elaborar em suas construções no português do Brasil. A admissão do sujeito como agente da ação faz com que o falante leia e interprete a frase, neste caso, de maneira em que deposite a atribuição humana de “fazer algo” ao ser inanimado *bolos*, conseqüentemente, se partirmos deste raciocínio, nas sentenças apresentadas por Nunes (1991) a interpretação será: os bolos comeram uns aos outros?

Essa dificuldade de interpretação é totalmente admissível, pois a intuição linguística internalizada na mente do falante faz com que este não consiga associar que *bolos* seja o sujeito, pois ao se dirigir a forma verbal *comeram*, a pergunta que será construída mentalmente é de que alguém, com traços humanos, capaz de realizar esse tipo de ação, comeu o bolo e esta pessoa, como é constatado, está oculta na sentença.

Marcos Bagno (2000) faz uma notável observação em relação às questões de incoerência encontradas na passiva sintética, “talvez seja difícil encontrar melhor exemplo das incongruências inconsistentes da doutrina gramatical tradicional do que o caso pseudopassiva⁵ “sintética” ou pseudopassiva “pronominal”.” (p. 219), para ele, essa classificação torna-se uma fuga descabida entre teoria e prática. O autor traz essa importância para os casos retratados nesta pesquisa, pois a maioria dos outros que a gramática aponta como “erro” em sua prescrição se dá por casos que concorrem em utilização pelo falante, os certos e os errados, já neste a inconsistência está na própria classificação, de “passividade” em sentenças que parecem não ser passivas.

2.2.3 A Questão da Concordância

As gramáticas baseiam-se em critérios distintos para estabelecer a classificação de algumas frases construídas com o SE, causando imprecisão para quem lê, isso é observado nas seguintes sentenças:

(11) Conserta-se aqui.

(12) Conserta-se roupa.

Na sentença (11), a prescrição tradicional defende que o sujeito é indeterminado, já na sentença (12) é a palavra *roupa* que desempenha essa atribuição. A confusão para compreender essas classificações se dá pelo fato de que em (11) a gramática faz uma análise levando em conta o sentido das palavras no contexto empregado, interpretando que há um sujeito indefinido e não aparente, ou seja, alguém, não se sabe quem, executa a ação de consertar, mas já em (12), pela inserção do sintagma nominal, a análise padrão delega a função de sujeito a *roupa*. Além da mudança de perspectiva e das distintas classificações das

⁵ O autor introduz o termo “pseudo” antes da palavra *passiva* para retratar a falsa passividade das sentenças em questão.

frases que já causam ausência de clareza ao falante, a maioria dos brasileiros não consegue fazer a associação de que um ser que não tenha o traço [+humano] consiga exercer a função de sujeito da ação descrita pelo verbo *consertar*.

Observamos essa mesma dualidade de classificações dos sujeitos em construções com o pronome SE quando há preposição:

(13) Ela pratica esportes.

(14) Ela precisa de exercícios.

Em ambas as sentenças apresentadas o sujeito é *ela*, essa classificação é totalmente visível e compreensível ao falante, mas o que torna surpreendente ao entendimento deste é que quando é retirado o pronome *ela* e inserido o pronome *se* há uma mudança de perspectiva, segundo a gramática tradicional, que o falante não consegue observar:

(15) Praticam-se esportes.

(16) Precisa-se de exercícios.

A gramática tradicional prega que o sujeito da oração (15) é o termo *esportes*, enquanto que o da oração (16) é indeterminado. No primeiro caso, a oração corresponde, semanticamente, a “esportes são praticados”, visto que existe a possibilidade de converter a voz ativa em voz passiva analítica, o que faz com que o objeto direto da voz ativa se torne o sujeito da voz passiva analítica. Já no segundo caso, pelo fato de o objeto estar preposicionado, não há a possibilidade de que este se torne o sujeito da oração, pois a própria gramática normativa proíbe a existência de sujeito preposicionado. Trata-se, portanto, de um caso de sujeito indeterminado. Em questão de coerência com o sentido que a sentença traz, o verbo *praticar* deveria estar no singular, assim como o verbo *precisar* se encontra, pois, na visão do falante, ambos remetem ao mesmo sujeito, que deixou de ser visível na sentença e passou a estar indeterminado.

Nos exemplos apresentados, observamos as distintas classificações em relação ao sujeito, mesmo quando o brasileiro não consegue fazer essa diferenciação e acredita que em ambas as sentenças o sujeito seja indeterminado. A questão de aceitar certas construções e condenar outras que sigam uma mesma ideia também é colocada em discussão por Bagno:

... é curioso que os mesmos conservadores que cobram um verbo no plural em construções como *Vende-se casas* não aceitem o plural em construções como *Houveram problemas*... Em ambos os enunciados aparecem verbos transitivos com objetos diretos e sujeitos indeterminados ou indetermináveis. É totalmente incoerente exigir concordância num caso e condená-la no outro! (BAGNO, 2000, p. 221)

Quando a incoerência gramatical se dá em dois exemplos que não sejam construídos com o pronome SE, como foi observado por Bagno, fica mais fácil a visualização das várias incongruências às quais os falantes são expostos, não só por casos que apresentem uma mesma construção, mas também por outros fenômenos que são normatizados pela gramática de sua língua. Afinal, não se pode utilizar o verbo *haver* no plural porque este é impessoal e não há a necessidade da concordância com *problemas*, sendo um ato de hipercorreção, mas já em construções com o SE, o verbo deve concordar com o seu dito “sujeito”, levando o verbo para o plural. O falante, no entanto, não consegue observar essa distinção capaz de modificar a concordância em duas construções com verbos, objetos e sujeitos de mesma classificação e acaba decorando e não compreendendo a maioria das explicações gramaticais.

Marcos Bagno (s.d.) reforça em seu outro texto: “Pratos que se lavam sozinhos? Só na gramática normativa!”, a mesma concepção adotada até então, o título de seu texto já remete as incertezas que a gramática tradicional traz. O autor evidencia que *pratos* não se lavam sozinhos em seu título, exatamente pelo plural que é cobrado em orações do tipo “aqui também se *lavam* os pratos.”, o plural do verbo *lavar* faz com que o falante remeta a ação da sentença a *pratos*, ser inanimado e não ao sujeito que não está exposto, mas que está realizando essa atividade. No final desse texto Bagno destaca uma informação relevante, com a mesma perspectiva que já foi adotada neste trabalho pelo mesmo autor:

A regra da “passiva sintética” surgiu, talvez, por uma extrapolação do uso dos pronomes reflexivos, aquilo que se chama, em lingüística, de hipercorreção. A presença de um nome no plural após o verbo pode ter levado as pessoas, em dado momento da história da língua, a querer fazer uma concordância exagerada, pondo o verbo no plural. (Parecido com o que ocorre quando as pessoas dizem “houveram problemas” ou “tratam-se de boas iniciativas”.) O problema é que, na formalização das normas gramaticais, essa construção bizarra acabou sendo sacramentada, para prejuízo de todos. Não admira que tanta gente deteste as aulas de português e considere nossa língua “muito difícil”: afinal, com regras descabeladas feito essa, que agridem frontalmente o saber lingüístico intuitivo de qualquer um, a língua se torna uma entidade esotérica que só os muito iluminados conseguem dominar plenamente. (BAGNO, s.d., s.p.)

O ato de hipercorreção, citado pelo autor, é uma prática constante que acaba sendo utilizada pelo falante nos casos de construções condenadas pela gramática, por exemplo, com o verbo *haver*: “houveram iniciativas”. O autor demonstra que este ato de realizar uma

correção exagerada está presente também em construções consideradas corretas por uma tradição gramatical, casos este de “compram-se roupas usadas”. Bagno acredita que o plural do verbo é nada mais que uma tentativa de concordância desnecessária com o nome, porque este apresenta-se no plural ou por atração, já que as duas palavras estão próximas. Nota-se que toda a intuição do falante acaba sendo ignorada para dar lugar à tradição gramatical que parece ser mais concisa na visão de estudiosos clássicos da língua, mas que para o brasileiro se torna desconexa com as próprias regras que estão presentes na gramática e com sua real utilização.

Como foi colocado no primeiro capítulo, com base na teoria gerativista, o falante tem uma capacidade inquestionável de construir sentenças totalmente elaboradas e organizar as palavras dentro dela, um saber que se desenvolve a partir do momento que ele entra em contato com sua língua e a amplifica pela sua utilização. Fica evidente que o falante mais do que qualquer saber gramatical tem o conhecimento necessário e aptidão para estender o uso de sua língua, assim como questionar e modificá-la, quando teoria e prática não parecem estar em harmonia.

2.2.4 A Passiva Sintética

As inconsistências das ditas passivas sintéticas se dão tanto por sua própria classificação, de passividade, como foi apresentado neste trabalho anteriormente, mas também pelo fato de a gramática normativa defender a ideia de que construções assim nomeadas sejam equivalentes às passivas analíticas. Dessa forma, a transposição de uma voz para a outra deve ser possível, sem perda de sentido, vejamos os próximos exemplos:

(17) Come-se banana.

(18) Banana é comida.

(19) *Banana se come.

O falante não consegue observar que (17) e (18) possam ser correspondentes, pois (17) é uma sentença que causa uma interpretação de estrutura ativa para ele, onde um sujeito, que não é interesse ao autor da construção determinar, realiza a ação de comer. De acordo com a gramática tradicional, o sujeito de (17) é *banana* e não indeterminado, o que corresponde na voz passiva analítica a (18). Já para o falante, quando se diz que banana em (17) é sujeito, este tende a compreender que a *banana*, por ser sujeito da sentença, é quem

realiza a ação de comer, ou seja, causa-lhe uma falsa reflexividade, como na sentença agramatical expressa em (19).

Scherre (2005) relata que “um mesmo sintagma nominal em uma oração simples não pode ser ao mesmo tempo sujeito e objeto” (p. 83). Em (17), percebemos então que se trata de uma oração simples, com um único sintagma nominal exposto, *banana*. Pelo fato de ser o único nome explícito, a classificação do SE na verdade teria de ser índice de indeterminação do sujeito, visto que a forma verbal *come* é transitiva direta, necessariamente pede um objeto direto, não podendo este ser ao mesmo tempo sujeito da sentença. Nesse sentido, o falante entende que *banana* é o objeto direto e não o sujeito, como a gramática tradicional preceitua. Tomando (17) ainda como referência percebemos que o SE, neste caso, é um elemento indeterminador do sujeito. Isso pode ser facilmente demonstrado pela inserção do pronome ele/ela/você antes da forma verbal *come*, o que causa uma incoerência, já que a utilização do elemento SE torna impossível a identificação do agente causador da ação. Assim, o sujeito existe, ou seja, há um agente que pratica a ação de comer, mas este não foi expresso pelo autor da sentença.

2.2.5 Por uma Reanálise do SE Passivo

Neste capítulo, foi abordado, por meio de teorias linguísticas acompanhadas de exemplos o porquê que a classificação de passividade do SE em transitivas diretas se torna sem fundamentos em seu real uso no português brasileiro. Este fenômeno presente na gramática tradicional não é o primeiro a ser questionado pelos linguistas, pois quando não há conformidade entre uso e prescrição, já que na maioria dos casos a gramática não consegue descrever em totalidade um idioma em seu uso, o falante tende a fazer adequações segundo o conhecimento internalizado de sua língua. Nesse sentido, alguns elementos da língua podem passar por um processo denominado reanálise. Esse fenômeno é definido no trecho a seguir:

Reanálise - fenômeno que se verifica quando um sujeito falante faz uma análise da estrutura de uma forma (ou conjunto de formas) ou de uma construção que não corresponde à estrutura genética dessa(s) forma(s) ou dessa construção - quer interpretemos genética como "etimológica", privilegiando a perspectiva da gramática histórica tradicional, quer genética como "gerada por um processo derivacional", situando-nos no ponto de vista da gramática generativa. A reinterpretação (ou reanálise) de formas ou construções origina processos evolutivos que podem situar-se aos níveis fonológico, morfológico, sintático ou semântico. (DICIONÁRIO DE TERMOS LINGÜÍSTICOS, s.d., s.p.)

Verificamos com essa descrição a importância do conhecimento linguístico do falante, capaz de modificar, desta forma, construções que não atendam ao seu entendimento. É considerável salientar que o fenômeno de reanálise não é realizado em um processo curto de tempo e nem transforma de forma perceptível as construções da língua, já que a mudança principal não é destinada a como a composição se apresenta, mas sim na alteração da percepção do falante diante dela.

Brito (2007) demonstra como se deu a reanálise do SE:

“... o objeto semântico – que tinha o caso nominativo, na passiva sintética, e, portanto, controlador da concordância – passou a ser marcado com o caso acusativo, sendo também objeto sintático. O SE concluiu, passou a ser um pronome indeterminador do sujeito nulo. Feita essa reanálise na estrutura singular, ela foi estendida à estrutura com argumento interno no plural “aluga-se casas”, ficando o verbo, pois, logicamente, sem concordância com o objeto semântico e agora também sintático.” (BRITO, 2007, p. 34)

A autora evidencia a mudança da perspectiva do falante no que diz respeito ao anteriormente sujeito (passiva sintética) que se tornou objeto, tanto semântico como sintático da sentença. Como foi colado por Scherre (2005) no início deste capítulo um mesmo sintagma nominal não pode ter duas funções em uma construção simples, consequentemente, *casas*, no exemplo dado pela a autora não pode ser sujeito pelo fato da forma verbal *vende* necessitar de um objeto. *Casas* desempenha a função de objeto direto de um sujeito nulo que está sendo indeterminado pelo pronome SE, tanto em relação ao sentido como pela sintaxe da sentença. A concordância verbal que era obrigatória em orações desse tipo torna-se sem lógica com esta reanálise, pois há um sujeito indeterminado que pratica a ação e o verbo passa a concordar com este.

As considerações apresentadas neste capítulo nos levam a pensar seriamente acerca, não só da divergência entre a intuição linguística do falante e a maneira como a gramática tradicional disciplina o pronome SE em sentenças transitivas diretas, mas também na inconsistência teórica da visão normativa. Não se pode pensar na sintaxe de forma desvinculada da semântica, tampouco se pode “forçar” o falante a aceitar um determinado sentido para as construções apresentadas neste capítulo. Quando as gramáticas normativas preceituam que uma frase como “vende-se uma fazenda” corresponde semanticamente a “uma fazenda é vendida”, ela está impondo um sentido que nem de perto condiz com a percepção do falante. A discrepância parece ainda maior quando o sintagma nominal está no plural, como em “vende-se dois apartamentos”, motivo pelo qual o falante mantém o verbo no

singular, já que situar o sintagma nominal “dois apartamentos” como sujeito não soa como natural.

Mostramos até este ponto do trabalho que as reflexões sobre a língua devem ser pautadas em estudos linguísticos que não desconsiderem a intuição linguística do falante e o uso real da língua. Tendo isso em vista, a próxima etapa do trabalho consistirá na coleta e análise de placas e faixas colhidas na região de Ceilândia – Distrito Federal. Com essa pesquisa pretende-se observar o uso que o falante faz do pronome SE em contexto de anúncio. Observaremos, em particular, sentenças com verbos transitivos diretos. A nossa hipótese é a de que esses anúncios apresentariam contextos sintáticos, em que a concordância seria a não padrão, ou seja, os verbos estariam na 3ª pessoa do singular, corroborando a ideia de reanálise, apresentada por Brito (2007).

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS DADOS

Após apresentar a visão da gramática tradicional e posteriormente a visão de linguistas a respeito do tema em questão, o objetivo deste último capítulo é compreender como o falante do português do Brasil faz uso do pronome SE em placas e faixas contendo anúncios em geral. Acreditamos que a visão colocada neste capítulo seja uma das mais importantes, pois é nela que poderá ser encontrado o verdadeiro entendimento dessas construções diante dos falantes do idioma de nosso país. Nesses anúncios, na maioria dos casos, despreocupados, a observação de como este fenômeno é visto torna-se mais real, afinal, os falantes são os verdadeiros responsáveis pela propagação de sua língua e pela modificação da percepção de fenômenos relacionados a ela também.

3.1 METODOLOGIA

A formação do corpus para este trabalho constitui-se do registro fotográfico de trinta anúncios localizados em regiões centrais e periféricas da cidade de Ceilândia – Distrito Federal, coletadas no período de março a maio de 2014. O conjunto total desses registros encontra-se nos anexos deste trabalho. Objetiva-se verificar com este levantamento como o falante compreende e usa a construção da nomeada passiva sintética; se este observa nestas construções um sujeito explícito ou indeterminado e como ocorre a concordância verbal, além da verificação de outras estratégias de indeterminação ou determinação.

3.2 ANÁLISE

Como já foi colocado, foram fotografados trinta anúncios para que a verificação do cunho teórico deste trabalho e análise dos dados fosse possível, com essa totalidade foi percebido que o modo como os falantes percebem e usam construções com o pronome SE se apresentam de diferentes modos em anúncios. Para uma mais fácil visualização e compreensão dos dados coletados, os anúncios foram separados em quatro grupos, que correspondem a quatro diferentes padrões sintáticos, acompanhados do quantitativo de cada um desses padrões, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Padrões sintáticos e quantidade de anúncios

TIPO DE ANÚNCIO	QUANTIDADE ENCONTRADA
1- Verbo Singular + SE + SN (Sintagma Nominal) Singular	8
2- Verbo Singular + SE + SN Plural	15
3- Verbo Singular + SE + Prep. + SN Singular/ Plural	3
4 – Outros casos	4

Diante dos dados numéricos apresentados na tabela, é necessário aprofundar o estudo de cada grupo isoladamente para que possam ser entendidos os fenômenos que estão envolvidos em cada padrão, além dos novos questionamentos que possam surgir por meio dos diferentes tipos de anúncios encontrados. Essa análise será realizada nas próximas seções deste capítulo.

3.2.1 Verbo Singular + SE + SN Singular

Com o padrão formado por verbo no singular, pronome SE e SN no singular foram encontrados oito anúncios. O que pode ser indagado neste tipo de construção é se o falante, ao ler sentenças que sigam a essa construção consegue visualizar e compreender o mesmo que a gramática postula, ou seja, que há um sujeito determinado e explícito concordando com o verbo da sentença. É notável considerar que a correta concordância verbal realizada pelo falante, neste caso, não pode ser considerada como um entendimento e uso desta regra gramatical, pois se o SN se apresenta no singular, o esperado é que o verbo permaneça também no singular.

Podemos então supor e questionar a seguinte situação: se o SN estivesse no plural, o falante estabeleceria a concordância entre o verbo e o nome? Pelo que já foi questionado até agora neste trabalho, acreditamos que neste caso, um grande grupo de falantes acabaria deixando ainda sim o verbo no singular (caso este do próximo grupo de anúncios), pois como a maioria percebe um sujeito indeterminado que pratica a ação nesses tipos de construções, o verbo deverá permanecer na 3ª pessoa do singular. Essa afirmação pode ser comprovada pela figura 1, “aluga-se loja”, localizada neste grupo e a figura 3, “aluga-se lojas”, localizada no próximo grupo, ou seja, esses dois exemplos demonstram que apesar das construções

possuírem os mesmos verbos e SN's, a mudança do SN para o plural não faz com que o falante altere a concordância verbal.



Figura 1

Outro caso encontrado nos registros fotográficos deste padrão é a troca do SN no singular pelo pronome demonstrativo *esta* (cf. figura 2). Este caso é utilizado quando a placa ou faixa encontra-se no próprio objeto que está sendo vendido, alugado, entre outros. Esse é um recurso que o falante utiliza para demonstrar que está falando especificamente daquilo que está com a placa, diferentemente, por exemplo, da figura 1 que se encontra em um ambiente que não corresponde à loja a ser alugada.



Figura 2

3.2.2 Verbo Singular + SE + SN Plural

Com o padrão formado por verbo no singular, pronome SE e SN no plural foram encontrados quinze anúncios, sendo desta forma o grupo com maior incidência de uso. O falante ao construir a sentença com o verbo no singular, o pronome SE e o sintagma nominal no plural contraria a norma padrão de concordância presente na gramática tradicional, fenômeno este que foi abordado e discutido ao decorrer deste trabalho sob a perspectiva tradicional e linguística. Pelo padrão gramatical, há um sujeito explícito. No caso das figuras 3 e 4, os nomes *lojas* e *uniformes, jalecos e roupas em geral* desempenham essa função e consequentemente deveriam realizar a concordância com suas respectivas formas verbais, *aluga* e *fabrica*. Ao contrário disso, o falante não realiza a concordância prevista e constrói a sentença com verbo no singular.



Figura 3



Figura 4

É interessante ressaltar que no dado expresso na figura 4 acima, “fabrica-se: uniformes, jalecos e roupas em geral”, o falante além de não realizar a concordância entre a forma verbal *fabrica* e os nomes que desempenham a função de sujeito, *uniformes, jalecos e roupas em geral*, segundo a gramática tradicional postula, este utiliza o sinal de pontuação, dois pontos, entre verbo e SN. Com este sinal, fica mais nítida a interpretação que o falante tem de sentenças construídas dessa maneira, ou seja, a ideia de indeterminação fica mais evidente.

Outro caso que é considerável de ser mencionado neste tópico é o da figura 5, “compra e vende-se móveis usados”, pois o falante não faz o uso do paralelismo sintático, ou seja, o primeiro verbo deveria obedecer o mesmo critério de estrutura do segundo verbo, mas o que é observado é que o falante, neste caso, usa o pronome SE somente no segundo verbo. A intenção principal do falante em placas ou faixas com fins de anúncios é a passagem da mensagem ao leitor. É certo que o autor do dado expresso na figura 5 não utilizou a correspondência dos termos coordenados da sentença, regra esta que está presente na gramática de sua língua, mas em relação à ideia da mensagem, percebemos que ela é verdadeiramente passada a quem lê.



Figura 5

A comprovação de que o falante, na maioria dos casos, não faz a mesma interpretação da gramática, é justamente a grande quantidade encontrada de anúncios com as construções apresentadas neste grupo, mas sabemos também que existe uma parte dos brasileiros que prezam pela conservação das regras gramaticais, sem nenhum tipo de

questionamento, mesmo quando não existe entendimento por parte destes. Nunes (1991) realça neste trecho como se dá a utilização dessas regras, em particular, do SE passivo:

As construções com o **se** passivo devem a sua sobrevivência na modalidade escrita culta do português brasileiro à renitência da gramática tradicional, que se pauta pela norma européia. A concordância em construções com o **se** no atual estágio do português do Brasil reflete mais um fenômeno de monitoração da escrita (que por vezes conduza hipercorreções do tipo **tratam-se desses assuntos**) que propriamente algo do domínio do vernáculo. (NUNES, 1991, p. 36, grifos do autor)

Quando o falante por não entender certas regras gramaticais faz adequações na língua escrita, sem o rigoroso monitoramento que alguns falantes são expostos ao escrever, é julgado como não conhecedor de sua própria língua. Este caso pode ser exemplificado nos anúncios deste grupo, que evidenciam um SE que é indeterminador para o falante e é classificado como apassivador pela tradição gramatical. O autor destaca a “fiscalização” à qual o falante é exposto em seu idioma, pois dominar o português continua sendo “saber” todas as regras presentes na gramática tradicional.

Como é colocado por Brito (2007), o que ocorreu com as sentenças deste grupo não é somente uma mudança provocada pela não concordância dos termos da sentença, mas sim uma modificação na percepção do falante. Dessa forma, o que era classificado como sujeito por uma tradição é percebido atualmente como o objeto sintático e semântico da sentença, não havendo necessidade de uma concordância, que se realizada afetaria a estratégia do falante de indeterminação do sujeito. Houve, desta forma, ainda de acordo com a autora, o surgimento de uma nova função do pronome SE, a de pronome indeterminador de um sujeito nulo, com essa reanálise na estrutura singular (caso este, do primeiro grupo de anúncios desta análise) foi ampliada também para a estrutura com SN no plural.

3.2.3 Verbo Singular + SE + Prep. + SN Singular/ Plural

Esse terceiro tipo de estrutura não constituía, inicialmente, foco desta análise. No entanto, o registro de anúncios contendo esse padrão sugeriu que uma comparação com as estruturas transitivas diretas seria relevante. Com o padrão formado por verbo no singular, pronome SE, preposição *de* e SN singular/plural foram encontrados três anúncios. A gramática tradicional postula que em sentenças formadas por VTI (verbo transitivo indireto), pronome SE, preposição *de* e SN singular/plural há um sujeito indeterminado, desta forma o verbo conserva-se no singular apesar de o SN apresentar-se no plural (cf. figura 6). Como foi

exposto neste trabalho, o falante, na maioria dos casos, possui dificuldade de aceitar quem em sentenças vistas no grupo dois há um sujeito explícito que deve concordar com o verbo, mas em sentenças deste grupo há um sujeito indeterminado, que assim é classificado somente pela mudança de transitividade do verbo. Essa confusão que é gerada torna-se compreensível, já que as sentenças de ambos os padrões tornam-se de mesma compreensão aos falantes, ou seja, em ambas parece existir um sujeito indeterminado.



Figura 6

Um dos casos interessantes de ser mencionado neste padrão é o da figura 7 abaixo. Na sentença “precisa-se funcionário”, apesar da existência de um VTI, o falante não utiliza a preposição *de*, demonstrando outro fenômeno, que corresponde ao apagamento da preposição em contextos com verbos transitivos indiretos.



Figura 7

Esse fenômeno poderá ser estudado em uma análise posterior, pois não constitui foco do presente estudo, mas já existem estudiosos que investigam tal fenômeno, como Godoy (2008):

Assim, é bastante claro que, na ausência de uma explicação sistêmica, ou sincrônica, para a existência de uma preposição não-cambiável encabeçando o complemento de um verbo, é necessário encará-la como fruto de um processo que se deu em algum momento da história da língua e que perdeu transparência, isto é, o falante não sabe o porquê e nenhuma explicação sincrônica é capaz de prever a associação da preposição *de* com o verbo *gostar*, por exemplo. (GODOY, 2008, p. 214-215)

A autora neste trecho evidencia a existência de fenômenos linguísticos que são decorrentes de processos passados da língua e que atualmente parecem não ser significativos aos falantes, mas mesmo desta forma ainda fazem parte da gramática tradicional. Assim como o caso da figura 7, neste grupo de anúncios, em que o falante faz o apagamento da preposição *de* e mesmo dessa forma consegue passar a informação desejada, o falante que não utiliza a concordância padrão em sentenças como, “aluga-se imóveis” também consegue passar a ideia que deseja. Esse tipo de mudança não pode ser encarada somente como um desvio do padrão, mas sim, como uma modificação na percepção deste diante de construções que já fizeram sentido em algum momento na história e que hoje não fazem mais.

3.2.4 Outros Casos

Com o padrão formado por verbo no singular, pronome SE e SN nulo, caso este de “vende-se” e com o padrão constituído por nome e verbo no singular, caso este de “Sampaio Escritório Imobiliário vende” foram encontrados dois anúncios de cada estrutura, totalizando quatro registros. Decidimos unir esses dois padrões em um único tópico pelo fato destes não constituírem o foco de estudo deste trabalho. No primeiro padrão temos um SN nulo, o falante, neste caso, opta por essa construção sucinta porque o anúncio já se encontra no que está sendo vendido, caso da figura 8 a seguir:



Figura 8

No segundo padrão temos uma determinação do sujeito da sentença, ou seja, a imobiliária *Sampaio*, exerce a ação do verbo, conforme figura 9 abaixo:



Figura 9

Com os registros de anúncios presentes neste trabalho, confirmou-se a hipótese de que o falante do português do Brasil, em sua grande maioria, utiliza o pronome SE como índice de indeterminação do sujeito em sentenças transitivas diretas e não como partícula apassivadora. Essa afirmação confirmou-se pela não utilização da concordância padrão nas construções encontradas, pois mesmo que o SN esteja no plural, o verbo se conserva na 3ª pessoa do singular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trouxe reflexões importantes sobre a mudança da percepção do falante diante das ditas passivas sintéticas, a começar pela investigação de um fenômeno que na maioria dos casos é encarado somente como um “mau uso” das corretas regras gramaticais. Como a análise partiu do uso dessas construções no cotidiano do falante, ficou nítida a compreensão que este tem de tais sentenças e que a ideia de configurar tal utilização somente como erro é uma forma superficial de perceber este fenômeno.

Junto à análise linguística do fenômeno, buscou-se compreender o que levou o falante a modificar tanto em termo estrutural (concordância verbal não padrão), como em questão de compreensão (mudança na noção de sujeito) sua percepção da estrutura em questão. O que foi verificado é que como o falante não percebe que há um sujeito explícito, nesse caso, este tende a conservar o verbo no singular para que o entendimento de indeterminação do sujeito esteja claro a quem lê. Percebe-se, dessa forma, que o falante escreve sentenças como “aluga-se apartamentos” não somente porque desconhece as regras gramaticais que regem a sua língua, mas este fenômeno constitui uma estratégia bem formulada para alcançar a ideia de indeterminação.

A reanálise proposta neste trabalho é exatamente a compreensão da mudança de percepção do falante diante dessas construções, pois quando a teoria não condiz com a realidade é preciso que haja uma reinterpretação para adequar dessa maneira o conceito ao seu verdadeiro uso. Esse fenômeno não é uma “fuga” da gramática tradicional, já que esta não consegue abranger todos os eventos linguísticos, mas é um processo que pretende investigar os fatos que levam um falante a não entender conceitos que fazem parte de um modelo secular.

Outro ponto interessante discutido foi a incoerente conservação de regras gramaticais baseadas no português europeu que são conseqüentemente descontextualizadas do próprio uso do falante. Tal padrão gramatical é imposto no ensino da língua portuguesa e o falante sente-se, dessa forma, desconexo de sua própria língua, já que não compreende a maioria de suas regras e apenas as decora. É de imensurável importância que o professor saiba lidar com a perspectiva da gramática tradicional e o real uso do falante, sem desmerecer, desta forma, nenhuma visão, já que é necessário que o aluno compreenda ambas.

Por fim, chegamos à verificação de nossa hipótese inicial, que só foi possível por meio da análise de anúncios informais encontrados na região de Ceilândia, Distrito Federal. Essa comprovação fez com que outra proposta de pesquisa surgisse, a saber: se o resultado

obtido se confirma em outros contextos. Pretendemos, assim, investigar futuramente se o pronome SE atua também como indeterminador em sentenças transitivas diretas em contextos mais formais, especificamente em textos publicitários publicados em revistas, jornais e panfletos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Pratos que se lavam sozinhos? Só na gramática normativa!** “E como por toda África se soa [...] os grandes feitos que fizeram” (Camões, *Lusíadas*, canto II, 103). Disponível em: <http://www.portugueseagramatica.com.br/media/bagno/50_pratosqueselavamosozinhos.pdf>. Acesso em: 17 março de 2014.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BRITO, Susana Sousa. **SE passivo? Pela derrubada da concordância com a qual ninguém concorda**. Monografia (Pós Graduação em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

CUNHA, Celso Ferreira. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Fename, 1976.

GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. São Paulo: Unicamp, 2001.

GODOY, Luisa. **Preposições e os verbos transitivos indiretos: interface sintaxe-semântica lexical**. Revista da ABRALIN, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008. p. 207-226.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

LYONS, John. **As idéias de Chomsky**. São Paulo: Cultrix, 1970.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcellos. **Novo manual de sintaxe**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2007.

NETO, José Borges. O Empreendimento Gerativo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 93-129.

NUNES, Jairo. **SE apassivador e SE indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro**. Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas: jan./jun. 1991. p. 33-58.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1999.

PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Dicionário de Termos Linguísticos**. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=842>>. Acesso em: 14 abril de 2014.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ANEXOS



















